

Carlos Heitor Cony e a vida literária brasileira: uma pesquisa no arquivo do escritor

*Carlos Heitor Cony and
Brazilian literary life: a
research into the writer's
personal archive*

Marina Silva Ruivo*
Universidade Federal de Rondônia

* Professora do Departamento de Educação do Campus de Rolim de Moura da Universidade Federal de Rondônia. Coordenadora do projeto de extensão "Amigos da Gente em Rodas de História", de mediação de leitura para crianças e adolescentes. Doutora, mestre e bacharel em Letras pela Universidade de São Paulo. E-mail: marinaruivo@unir.br.

Resumo: O membro da Academia Brasileira de Letras Carlos Heitor Cony escreveu e publicou quase vinte romances, bem como crônicas, contos, reportagens e infantojuvenis, dentre outros gêneros literários. Manteve também uma longa atuação no jornalismo, fazendo parte de importantes veículos da imprensa, como o Correio da Manhã, nos anos 1960, e a Folha de S.Paulo, desde os anos 1990 e até o final de 2017. Neste artigo apresenta-se uma primeira abordagem a respeito do trabalho de pesquisa que vem sendo desenvolvido junto ao arquivo pessoal do escritor, localizado na sua residência, na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa objetiva, fundamentalmente, mapear sua participação na vida literária brasileira das décadas de 1950 e 60. Ressalte-se desde já que a noção de vida literária está sendo entendida a partir de Broca (2005) e Moriconi (2006) e será explicitada ao longo do artigo. Como uma abordagem introdutória, são fornecidos elementos da trajetória do autor, que esteve ativo desde a segunda metade dos anos 50 e faleceu em janeiro deste ano de 2018. A seguir, perpassam-se as discussões centrais à área dos acervos e arquivos de escritores, a partir de Artières (1998), Marques (2003), Souza (2008; 2009) e Tanno (2007), sobretudo, e assim aborda-se o próprio lugar das pesquisas em arquivos e acervos no cenário da história literária e cultural. Discute-se ainda como as práticas de arquivamento de si configuram-se como exercícios de construção de imagens de si, além de outras noções que precisam ser levadas em conta quando se trabalha com material tão rico, diversificado e pleno de subjetividade quanto um arquivo pessoal. Por fim, são apresentadas as características gerais do arquivo de Cony, destacando alguns dos materiais nele presentes, bem como as dificuldades e desafios que vêm sendo encontrados no decorrer da pesquisa, que ainda está em estágio inicial.

Palavras-chave: Arquivo; Escritor; Carlos Heitor Cony; Vida Literária.

Abstract: Brazilian Academy of Letter's member Carlos Heitor Cony wrote and published almost twenty novels, chronicles, tales, media reports, and children's books, among other literary genres. He worked as a journalist for a long time at important large press newspapers such as Correio da Manhã, in the 1960's, and Folha de S.Paulo, from the 1990's until 2017. This abstract is a first approach to his research work which is being developed by the personal archives of the author, in his hometown, Rio de Janeiro. The research aims, basically, to map his participation in the Brazilian literary scene in the 1950's and 60's. It is important to note that the term "literary scene" mentioned in this article refers to the works of Broca (2005) and Moriconi (2006) on, and will be further explored in the abstract. As an introduction we will look at the elements of author's career. He was in activity from the second half of the 50's on and passed away in January 2018. Next, we will move on to central discussions in the area of collections and personal archives of authors, from the lessons of Artières (1998), Marques (2003), Souza (2008; 2009) and Tanno (2007), mainly. And thus we approach the rightful place of research in archives and collections of the literary scene and cultural History. It is also discussed whether the practices of self-archiving look like exercises of self-images construction, among other notions which need to be taken into consideration when working with such rich material, diversified and full of subjectivity, as a personal archive. Finally, the general characteristics of Cony's archive will be presented, highlighting some materials found in it, as well as the difficulties and challenges which are being discovered as the research advances (at present, still in its initial stage).

Keywords: Eulálio Motta; Hypermediation; Archival dossier; Newspaper New World; Notebook Pharmacy São José.

Recebido em 20 de julho de 2018

Aprovado em 23 de novembro de 2018

RUIVO, Marina Silva. Carlos Heitor Cony e a vida literária brasileira: uma pesquisa no arquivo do escritor. *Léguas & Meia*, Brasil, n. 9, v. 1, p. 50-66, 2018.

1 INTRODUÇÃO

Ao iniciar um trabalho crítico sobre a ficção de Carlos Heitor Cony, no ano de 2006, no âmbito do doutoramento, percebeu-se que a maior parte das pessoas com quem se falava a respeito conhecia Cony apenas por meio de suas crônicas publicadas na *Folha de São Paulo*. Algumas o conheciam também como o autor de *Quase memória: quase-romance*, porém pouquíssimos eram os que sabiam que sua trajetória literária vinha de muito tempo, e que o escritor lançou, entre os anos de 1958 e 1974, nada menos do que nove romances por uma das mais prestigiadas editoras à época, a Civilização Brasileira, além de livros de contos e de crônicas, pela mesma casa de Ênio Silveira.

Romances como *Tijolo de segurança* ou *Matéria de memória* são títulos atualmente pouco conhecidos, inclusive entre os estudantes de Letras, e o único romance que parece romper essa barreira é *Pessach: a travessia*, cuja primeira edição é de 1967, muito provavelmente por sua temática, a luta armada contra a ditadura militar, o que tem feito que seja objeto de estudo nas áreas de Letras e de História.

Tal percepção foi a origem de várias inquietações, as quais continuaram quando se passou a falar da tese de doutorado finalizada, em ocasiões variadas. Continuava a se observar o grande desconhecimento das pessoas e a surpresa genuína que manifestavam ao saber da extensa trajetória ficcional do escritor, em contraste inclusive com o reconhecimento obtido por ele desde o início de sua escritura, ainda na segunda metade dos anos 1950, mas que foi obliterado ao longo dos anos em que Cony passou longe da escrita de romances (de 1974, quando publicou *Pilatos*, até 1996, com seu retorno com *Quase memória*).

Por tais razões, optou-se por principiar este artigo com alguns elementos sobre a vida e a produção do escritor falecido recentemente, em 5 de janeiro de 2018, para depois discutir como a área dos acervos e arquivos de escritores e intelectuais possibilitou a definição das linhas da atual pesquisa. A seguir, discute-se também como está sendo compreendida a noção de vida literária, bem como se apresentam alguns elementos e características do arquivo pessoal de Carlos Heitor Cony.

2 CARLOS HEITOR CONY, ENTRE A LITERATURA E O JORNALISMO

Com uma obra que engloba quase vinte romances, além de coletâneas de crônicas e de contos, ensaios biográficos, reportagens e romances-reportagem, roteiros para o cinema e diversos infantojuvenis e adaptações de textos clássicos para o público infanto-juvenil, o escritor, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) Carlos Heitor Cony era carioca, nascido no bairro Lins de Vasconcelos, no subúrbio do Rio de Janeiro, em 14 de março de 1926.

Filho de uma dona de casa e de um jornalista, permaneceu mudo até os 5 anos de idade, quando então começou a falar, mas trocando letras, atrapalhando-se com elas e, por conta disso, não podendo frequentar escolas. Aos 10 anos, com a ajuda de seu pai, estudou para os exames preparatórios para o Seminário São José, uma vontade que não surgiu de sua família, senão que dele mesmo, fascinado pela beleza da ritualística católica.

Ficou no seminário por nove anos, até as vésperas da tonsura, quando, depois de uma longa crise de fé – tempos depois recriada por ele no romance *Informação ao Crucificado* –, desistiu da vida religiosa e passou a buscar quais seriam os novos caminhos de sua vida. Ingressou na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) para cursar Filosofia, mas acabou desistindo do curso e iniciando o trabalho como jornalista de forma um tanto casual, ao cobrir as férias de seu pai na redação do

Jornal do Brasil, em 1946. No ano seguinte, conseguiu seu primeiro emprego na área, na redação da Gazeta de Notícias. O ingresso oficial na carreira se deu em 1954, com o registro de jornalista junto ao Ministério do Trabalho.

Um ano depois, começou a redigir o que seria o seu primeiro romance, *Cadernos do fundo do abismo*, o qual nunca foi concluído. Na sequência, e ainda em 1955, principiou a escritura de *Uma coisa sem nome*, romance que teve o nome alterado para *O ventre* e que fez com que o nome de seu autor surgisse na cena literária brasileira no ano de 1956, quando ele o inscreveu no Prêmio Manuel Antônio de Almeida. Tratava-se de uma premiação organizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, então capital do país, cuja comissão julgadora, naquele ano, foi composta pelo jornalista e membro da ABL Austregésilo de Athayde, pelo jornalista Celso Kelly e pelo consagrado poeta Manuel Bandeira. O romance de Cony, assinado com o pseudônimo de Luís Capeto, ficou entre os três melhores escolhidos pelo júri, contudo os jurados destacaram que, apesar de sua qualidade literária, não o escolheram como vencedor pelo que consideraram como sua inadequação, no enredo e na linguagem, aos padrões morais vigentes na conservadora sociedade brasileira da época.

Cony era então apenas um jornalista sem renome, mas, ao não vencer o prêmio, seu *O ventre* acabou causando muito barulho, chamando a atenção da crítica e criando expectativas antes mesmo de ser lançado. A publicação somente foi ocorrer depois de dois anos, quando ele inclusive já havia escrito outros dois romances, os quais foram classificados em primeiro lugar no mesmo prêmio, respectivamente nos anos de 1957 e 58, *A verdade de cada dia* e *Tijolo de segurança*. *O ventre* foi submetido à avaliação da Civilização Brasileira e não foi aprovado. Entretanto, seu proprietário, Ênio Silveira, interessou-se pelo texto e o leu, gostando muito e firmando com Cony um contrato inédito à época, segundo o qual o romancista se comprometia a escrever e publicar um romance novo por ano, ao longo de dez anos, recebendo para tanto um pagamento mensal.

E assim saíram os seus três primeiros romances e mais *Informação ao Crucificado*, em 1961, *Matéria de memória*, em 1962, além de *Da arte de falar mal*, coletânea de crônicas de 1963, até que foi dado o golpe civil-militar, em abril de 1964, impondo-se na vida dos brasileiros. Os artistas, escritores e intelectuais, de um modo geral, viram-se em face da necessidade de pensar como seriam os caminhos da criação artística e da reflexão intelectual a partir de então. Como observou argutamente o professor Antonio Candido, em conferência pronunciada nos Estados Unidos em 1972 sobre a literatura brasileira daquele período citada por Pellegrini (1996, p. 10), a natureza do regime militar era tal que inevitavelmente despertava “o protesto incessante dos artistas, escritores e intelectuais em geral”, fazendo que fosse “impossível que isto não aparecesse nas obras criativas”. No universo artístico e intelectual, jornais e editoras eram sabotados, e o cerco se fechava mais e mais.

No caso de Cony, não apenas sua trajetória profissional foi atravessada pelo golpe, como, mais propriamente, sua vida como um todo. Em 1964, ele era conhecido principalmente como escritor, como o autor de cinco romances que haviam obtido sucesso junto ao público. Desde 1960 trabalhava também no *Correio da Manhã*, onde mantinha, a partir de 61, uma coluna de crônicas dividida com Octavio de Faria e intitulada “Da arte de falar mal”. Em um período em que a discussão política ocupava o centro dos debates, ele lhe concedia um espaço bastante reduzido em seus textos, como é possível verificar pela coletânea já mencionada, homônima à coluna. Nas poucas vezes em que enfocava assuntos de cunho político, fazia-o pela contramão, satirizando a estrutura de poder tal como então constituída, a figura do presidente, a classe militar, os detentores do poder econômico, e também aqueles que se articulavam em torno de projetos revolucionários.

Daí a surpresa quando ele, repentinamente, passou a falar de modo exaustivo sobre política, opondo-se à ditadura que se montava e dando voz pública àquilo que muitos desejavam dizer. Em um jornal que praticamente apoiara o golpe, foi grande surpresa para os leitores, logo um dia depois, em 2 de abril, deparar-se com Cony inaugurando o que acabaria por se tornar, dia a dia, uma trincheira de resistência. Desde sua primeira crônica pós-golpe, nomeada “Da salvação da pátria”, utilizando-se de recursos que constituíam marcas de seu estilo autoral – o distanciamento irônico, cujo narrador olha a tudo com desconfiança, fingindo saber muito menos do que na verdade sabe, em tom entre ácido e melancólico –, denotava seu ângulo de visão crítico sobre o que se passava na conjuntura nacional.

Ainda em julho daquele ano tais crônicas foram reunidas em livro editado pela Civilização Brasileira sob o título de *O ato e o fato*. O lançamento da obra congregou várias pessoas em uma espécie de manifestação pública contra o novo regime, batendo, segundo Elio Gaspari, “o recorde de frequência para uma noite de autógrafos”, com Cony “assinando 1.600 exemplares”, e vendo “a primeira edição esgotar-se em poucas semanas” (GASPARI, 2002, p. 143). Suas crônicas contra o golpe foram acompanhadas por muita gente que, mesmo fora do Rio de Janeiro, buscava nas bancas de jornais o *Correio da Manhã* para ver o que Cony falaria naquele dia, pois o escritor passou também a denunciar prisões e torturas, pedindo anistia, movimentando a opinião daqueles que, uns mais outros menos à esquerda, de todo modo se opunham à “revolução dos caranguejos”, como ele passou a chamar o golpe.

A batalha assumida levou-o ao total de seis prisões e a um processo movido diretamente contra ele pelo então ministro da Guerra, general Costa e Silva, que o fez ser convocado a depor na própria sala do ministro, “Na cova do leão”, como ele qualificou o episódio em crônica de 8 de setembro de 1964 (CONY, 1965, p. 199-201). O envolvimento do escritor com o cenário da resistência intelectual à ditadura ganhou proporções tais que Tancredo Neves convidou-o, em 1966, para participar da chapa de candidatos a deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), contudo teve recusado seu convite, pois Cony não tinha a intenção de se envolver com a política; quem acabou se candidatando e sendo eleito foi o seu colega de redação no *Correio* e amigo Marcio Moreira Alves.

Em 1967, Cony foi para Cuba como membro do júri do concurso literário *Casa de las Américas*, passando por Paris, Praga e Moscou para então desembarcar em Havana, onde ficou até o ano seguinte, convivendo com muitos escritores e intelectuais estrangeiros que lá estavam, como o espanhol Jorge Semprún, conhecendo o país e sua revolução. Em seu regresso, encontrou dificuldades para se empregar novamente no jornalismo. Ainda em 1968 a ditadura baixou o Ato Institucional número 5 (AI-5), endurecendo o regime por completo, e a censura começou a se instalar nas redações de jornais e revistas. O escritor foi mais uma vez preso na noite do dia 13 de dezembro, justamente a noite do AI-5. Tornara-se um nome marcado e ninguém o queria em seus quadros e redações. Foi nesse momento que Adolpho Bloch o convidou para integrar seu grupo editorial, no qual, no ano seguinte, Cony lançou a revista *Ele Ela*. Entre 1971 e 72, dirigiu a revista *Desfile* e, desde 72, começou a participar ativamente da redação de *Manchete*, inclusive na cobertura internacional. Além disso, a partir de 1970 passou a trabalhar na produção de adaptações destinadas ao público infante-juvenil para a Ediouro (então Edições de Ouro), e depois a escrever ele mesmo alguns textos dirigidos a esse público.

Sua trajetória pessoal e profissional foi, como se vê, atravessada e bastante alterada pelo golpe. Todavia, mesmo depois do golpe, e depois das crônicas que o

projetaram como voz de resistência – algo surpreendente até mesmo para ele –, em sua literatura o fato político como tal não tinha espaço. Sobretudo no início dos anos 1960, quando os ânimos ideológicos estavam bastante exaltados, Cony era considerado por parcelas da esquerda como um escritor “alienado”, afastado da problemática social e dos anseios revolucionários. Depois de suas crônicas contrárias ao regime, havia certa expectativa com relação à permanência ou não do discurso “alienado” em seus romances – vale dizer, o discurso que não se preocupava com os destinos do povo brasileiro como povo, como entidade coletiva e capaz de realizar as transformações sociais. Como observou Raquel Bueno:

Depois da publicação de *O Ato e o Fato*, ficou difícil, tanto para o público como para Cony, distinguir o escritor agressivamente individualista, criador de personagens atentos unicamente a suas questões existenciais, do cronista engajado a ponto de se tornar símbolo de resistência. (BUENO, 2008, p. 27).

Em seus romances, contudo, ele procurava prosseguir com o projeto literário traçado na segunda metade dos anos 1950, quando começara a escrever, formulando inovações a cada passo, mas resguardando-os, até onde isso era possível, de interferências destas novas realidades. Antes, o verão e *Balé branco*, publicados respectivamente em 1964 e 65, são, a exemplo de seus romances anteriores, sem dúvida dissonantes e críticos, mas não trouxeram para o tecido ficcional, de forma direta, clara ou referencial, a vida sob o regime militar. As inovações que cada romance seu trazia não alteravam a vinculação de sua obra à estruturação de dramas individuais, cujos personagens prendiam-se a conflitos que os enredavam sem que se vislumbrasse solução ou, mesmo, muitas vezes, sequer o desejo de uma solução. Seus romances mantinham-se na linha a que se filiara desde o princípio, não propondo transformações na escala social, nem efetuando críticas que procurassem levar ao inconformismo estritamente sociopolítico. Suas obras pensavam o indivíduo, o indivíduo aprisionado pelos laços sociais, querendo se libertar deles, mas sabendo e reconhecendo sua impotência, sua necessidade dos outros, a fragilidade do que julgavam ser sua “liberdade”.

Daí a expectativa em torno de *Pessach*, e muito de seu caráter inovador no conjunto dessa obra ficcional, pois foi com este romance, portanto em 1967, três anos depois do golpe – intervalo curto, sem dúvida, mas bastante longo para aqueles anos exaltados –, que o impacto sofrido em sua trajetória pessoal e profissional e o impacto do que se dava com a nação ganharam espaço em sua ficção, abrindo espaço, por sua vez, para o clima de insatisfação, frustração e necessidade de denúncia dos crimes da ditadura. Se havia certa expectativa a respeito de uma abordagem ficcional da conjuntura política por parte do escritor, ela encontrou, assim, ao menos em parte, respaldo com este romance. Lançado originalmente em 1967, *Pessach* teria rapidamente vendido 10 mil exemplares – número expressivo para o período –, de acordo com os comentários de Fernando Barros e Silva (1997) formulados em artigo na *Folha de S. Paulo* e também segundo as observações de Ruy Castro (1997) em *O Estado de S. Paulo*.

Depois de *Pessach*, poderia se esperar de Cony, talvez, outro romance que fizesse da realidade política parte importante de sua matéria, ou mesmo outra obra acerca do engajamento do intelectual, abordando, por exemplo, suas consequências. Mas ele, se por um lado se manteve sempre fiel às características de sua obra inauguradas em *O ventre*, parecia ter também a vocação para surpreender. Depois de lançar *Pessach*, nosso autor, que costumava escrever em velocidade estonteante e que lançava novos romances ao ritmo de praticamente um por ano, ficou sete anos sem publicar títulos novos. E,

quando lançou *Pilatos*, em 1974, acabou realmente por surpreender, pois o novo romance não apenas não seguia as trilhas inauguradas com *Pessach*, como tampouco podia ser facilmente visto como uma continuidade esperada para a linha que privilegiava em sua ficção.

A inovação de *Pilatos* não está apenas na temática, mas se situa mais propriamente em um estilo bastante diferente de escrita, se comparado ao registro predominantemente realista que vinha até então sendo utilizado por Cony. De modo sintomático, é este livro estranho, que nos faz rir com suas absurdas peripécias, sem que deixemos, contudo, de sentir o gosto amargo da tragédia que nos narra, é este livro singular no conjunto dessa literatura o preferido por seu autor, o que ele considerava como o mais seu, como sempre comentava e reiterava: “O meu instinto criador está todo ali”, como nos contou na primeira conversa que tivemos.

Se as reações despertadas por *Pessach* não haviam sido uniformes – houve aqueles que gostaram muito, bem como aqueles que odiaram –, as reações provocadas por *Pilatos* foram, por assim dizer, ainda mais complicadas. O nono romance de Cony foi praticamente negligenciado pela crítica, e este silêncio é, por si só, algo que muito inquieta. Afinal, a cada romance que lançava, muitos eram os textos críticos comentando-os, analisando-os, debatendo-os, e isso sobretudo nas páginas de jornais e revistas, que eram o principal veículo da crítica à época. No entanto, quando publicou *Pilatos*, a crítica silenciou. Sem dúvida que o contexto era outro, bastante diferente da atmosfera ainda mais “respirável” de 67, pré-AI-5, quando saiu *Pessach*, em que havia espaço ainda, por exemplo, para uma publicação como a Revista Civilização Brasileira, impensável em anos pós-AI-5. Porém, mesmo assim, a existência de pouquíssimos textos sobre *Pilatos* acaba por chamar a atenção e intrigar; e somente depois de anos esquecido é que foi objeto de algumas abordagens críticas, nas décadas de 1990 e 2000. Segundo afirmações do próprio Cony, nem mesmo seu editor, Ênio Silveira, proprietário da Editora Civilização Brasileira e seu amigo pessoal, teria gostado da obra, daí que tenha esperado quase dois anos para editá-la. Para Cony, este silêncio da crítica foi “a homenagem do silêncio”, pois, para ele:

[...] as pessoas esperavam um livro político. E este, em certos aspectos, pode ser visto como um livro covarde, eu não queria me comprometer. Mas não era isso, era a consciência da inutilidade da minha luta. Não da luta em si, mas da minha luta. (CONY apud COLOMBO, 2001).

Homenagem do silêncio ou não, o próprio Cony resolveu silenciar depois de *Pilatos*, encerrando com ele um ciclo de sua produção ficcional. Já ao publicá-lo anunciou sua despedida da literatura, e passou mais de vinte anos sem escrever romances – promessa afinal descumprida em 1995, quando começou a escrever o que viria a ser seu consagrado retorno à ficção, *Quase memória: quase-romance*. Publicado pela Companhia das Letras e grande sucesso de público e crítica, foi logo seguido por *O piano e a orquestra*, em 1996; *A casa do poeta trágico*, em 1997; *Romance sem palavras*, em 1999; *O indigitado*, em 2001; *A tarde da sua ausência*, em 2003; *O adiantado da hora*, em 2006; e *A morte e a vida*, em 2007. No intervalo longe da ficção, ressaltou-se que o escritor não se calou completamente, pois continuou no jornalismo e lançou livros infantojuvenis, como anteriormente mencionado, além de roteiros de cinema, reportagens e afins.

Com este breve panorama sobre o escritor, passa-se agora à narração do encontro com seu arquivo pessoal, ouvindo seu chamado, e, sobretudo, para a narração dos desafios encontrados.

3 O CHAMADO DOS ARQUIVOS E ACERVOS

Voltar-se para o trabalho com acervos e arquivos é abrir-se para ouvir muitas e muitas vozes, com diversos e até simultâneos sons, de tempos anteriores e variados, repletos de vontades, desejos e, também, de memórias. É assim que tem sido o encontro específico com o arquivo do escritor Carlos Heitor Cony, desde a primeira vez que o presenti, passando pelo início de sua descoberta palpável e chegando até o momento atual, quando mais e mais vozes revelam-se querendo ser ouvidas, descobertas, decifradas.

Corria o ano de 2010 quando, em meio à pesquisa para o doutoramento, fui ao Rio de Janeiro entrevistar Cony, autor dos dois romances que eu então buscava analisar, *Pessach: a travessia* e *Pilatos*. Na ocasião, para além de conversarmos por horas seguidas, soube da existência de seu acervo e senti cócegas de vontade de conhecê-lo. Era cedo ainda, contudo, pois era necessário concentrar-me no foco da tese, buscando perceber as principais linhas e características da produção ficcional do autor anterior aos romances estudados, para, então, compreender como e em que medida essas duas obras trouxeram novos elementos a tal ficção, pensando-os inclusive em sua ligação com o golpe de 1964, acontecimento que cindiu a história do país e que teve, como apontamos, consequências bastante diretas na vida de Cony. Assim, os primeiros contatos com tal arquivo foram com os materiais da fortuna crítica sobre o escritor, tanto as dissertações defendidas, quanto, em especial, os recortes de jornal com as resenhas já publicadas sobre seus muitos romances.

Ao defender em 2012 a tese *Uma certa maneira de desejar a liberdade: caminhos da ficção* de Carlos Heitor Cony no pós-64, passei a procurar uma forma de trabalhar para elaborar o que seria uma biografia intelectual do escritor, mas não encontrava os caminhos teórico-metodológicos que poderiam me guiar para tal empreitada, na medida em que, em nosso ambiente universitário no campo das Letras, de certa maneira a ideia geral ainda é a de que a vida do autor pouco importa para a análise e compreensão de suas obras, uma afirmação tão óbvia e amplamente aceita que perdeu até mesmo a capacidade de nos impressionar.

Há até pouco tempo, aliás, a pesquisa em acervos podia ser até mesmo confundida, como menciona Eneida Maria de Souza (2009, p. 129), “com uma atitude conservadora e retrógrada frente à literatura”, por deslocar seu interesse do texto para o autor, essa “figura um tanto incômoda” e que “não atrai a maior parte dos estudiosos do texto literário”. Esse quadro, porém, vem se modificando bastante. Atualmente, podemos inclusive falar, conforme a autora (SOUZA, 2008, p. 121) em uma “retomada crítica da figura do autor”, de “seu retorno por meio de traços e resíduos, da assinatura”. Assim, ainda para Souza (2008, p. 121), se “a atitude mais comum da crítica”, ao menos desde a Nova Crítica norte-americana e o estruturalismo francês, “se concentrava na censura da presença do escritor na cena literária”, em uma virada com relação às abordagens tradicionais, todas centradas na vida do autor, na contemporaneidade a primazia do estudo do texto permanece, contudo foi aberto um largo espaço para as pesquisas ligadas aos escritores.

Tais pesquisas não buscam explicar os textos pela trajetória de seus autores, no entanto consideram que a investigação sobre os bastidores da criação pode ser matéria não só para a crítica genética, com sua análise das várias transformações impressas ao texto ao longo das suas muitas versões, mas é também elemento fundamental para a constituição da memória intelectual, literária e cultural de um povo ou de uma nação.

Dessa forma, sem negar a noção ampla e completamente aceita de que a análise e a interpretação de um texto não dependem do conhecimento da biografia de seu autor, é incontestável a existência de um movimento de valorização dos arquivos e acervos dos escritores e que se detém no estudo dos diversos materiais neles presentes, como correspondências, originais e suas versões, recortes de jornais, diários e materiais variados, procurando não exatamente explicar a obra, mas sim entender e situar a figura de seu autor na história literária e intelectual brasileira, buscando ainda contribuir para a preservação de nosso patrimônio cultural.

Entre essas iniciativas, que se espalham por diferentes locais no Brasil e que vêm ganhando cada vez mais força, destacam-se alguns polos, como o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), na Universidade de São Paulo (USP), que a partir de 1974 começou a receber diversos arquivos pessoais, tendo atualmente a guarda de acervos e/ou fundos e coleções de Antônio de Alcântara Machado, Mário de Andrade, Graciliano Ramos, dentre muitos outros escritores; o Acervo de Escritores Sulinos, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), surgido em 1993 da junção de quatro acervos que estavam sob a guarda da universidade, o primeiro tendo sido o do escritor Erico Verissimo, originado em 1982; o Acervo dos Escritores Mineiros, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com os acervos, por exemplo, de Murilo Rubião e Henriqueta Lisboa; a Fundação Joaquim Nabuco; o Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); o Instituto Moreira Salles; a Fundação Casa de Jorge Amado; o Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa; o Museu Literário de Murilo Mendes; a Biblioteca Nacional; e o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Faculdade Ciências e Letras “Profa. Dra. Anna Maria Martinez Corrêa” (CEDAP) de Assis, órgão ligado aos departamentos de Literatura e de História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) que, desde 1998, guarda e disponibiliza para consultas e pesquisas o acervo do escritor João Antônio.

Foi a descoberta desse vasto campo de pesquisas que possibilitou começar a trilhar a pesquisa ora em andamento. E, se se partiu da ideia inicial de escrever uma biografia intelectual de Coney e se encontrou, no meio do caminho, a área dos acervos e arquivos, cabe assinalar que a própria descoberta de acervos e arquivos costuma a seu turno convidar para um tipo de trabalho que é de caráter mais biográfico, como também salientou Souza (2009, p. 130): “Um esboço de biografia intelectual emana desses papéis, [...]”.

Tal esboço emana em virtude de esta ser justamente a intenção fundamental por trás da constituição de um arquivo – do processo de “arquivamento do eu”, como o chama Marques (2003, p. 150), para quem: “Arquivando, o escritor deseja escrever o livro da própria vida, da sua formação intelectual; quer testemunhar, se insurgir contra a ordem das coisas, afirmando o valor cultural dos arquivos”. E, num segundo movimento, ao arquivar-se, o escritor:

[...] se desvencilha da natureza evanescente da experiência cotidiana, escapa do fluxo incessante e imprevisível do tempo presente; estanca-o, ao intervir e articular o seu passado. Torna o seu passado significativo, em termos de sua formação como escritor, ao selecionar e preservar certos detalhes, passagens, acontecimentos, atestados por um documento, um registro qualquer. Afirma-se como ausência no mundo visível, do presente, e como presença no mundo invisível, do passado. Desvencilha-se do presente, a fim de se perpetuar no passado, pela memória. Como alguém digno de vir a ser lembrado pela obra literária e intelectual que construiu. Ao

se arquivar, o escritor manifesta o desejo de vencer o tempo, permanecendo na memória de um povo ou de um país. (MARQUES, 2003, p. 150).

4 O ARQUIVO DE CONY

Localizado na residência do escritor, na cidade do Rio de Janeiro, o arquivo mantém diversos tipos de materiais, sobretudo recortes de jornais (tanto com textos produzidos pelo autor, quanto sobre ele – e, neste segundo caso, existem aqueles acerca de sua obra e aqueles acerca de sua figura intelectual); bilhetes e cartas (recebidos por/escritos por Cony); originais datiloscritos de romances; anotações variadas; fotografias; materiais diversos.

No arquivo de Carlos Heitor Cony, os materiais foram organizados por ele e por sua secretária, Flávia Leite Silveira, com base geralmente nos veículos em que foram publicados os textos (no caso das revistas e jornais onde saíram textos do autor), mas também em pastas com recortes de jornais e revistas com matérias e críticas sobre seus livros, e em pastas ordenadas por episódios de que o escritor participou, como é o caso dos “Oito do Glória”, de que falaremos a seguir. Segundo o que ele nos informou, o arquivo começou a surgir a partir da ação de sua primeira esposa, que passou a recortar e guardar o que saía nos jornais referente à sua obra, além dos textos e crônicas que ele publicava na imprensa. Mas, inaugurado por ela, passou a ser mantido e alimentado pelo próprio escritor e por suas outras esposas, levando-nos a ter sempre presentes as reflexões do historiador francês Philippe Artières, que delineiam como as várias práticas de arquivamento de si – e nelas ele inclui não só os arquivos propriamente, mas a própria escrita de uma autobiografia, “prática mais acabada desse arquivamento” – constroem “uma imagem [de si], para nós mesmos e às vezes para os outros” (ARTIÈRES, 1998, p. 10).

Para o historiador, em todas as práticas de arquivamento de si configura-se “uma intenção autobiográfica”, tendo em vista que o que surge a partir de “uma injunção social” – afinal, para existir em sociedade todos nós temos que manter registros por escrito de nossa existência, desde o momento em que nascemos – acaba por ter esse “caráter normativo” atenuado, possibilitando a realização de “um movimento de subjetivação”: “Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (ARTIÈRES, 1998, p. 10-11).

Assim, ainda que o arquivo tenha sido iniciado por outra pessoa e não pelo autor, e tenha sido alimentado ao longo dos anos por alguns indivíduos dele próximos, certamente ele corresponde à imagem que Cony tinha de si e que queria passar aos demais. Mais que isso, à imagem que ele queria que permanecesse de si, mesmo depois de seu falecimento. Como prática de construção de si, o arquivamento não é neutro, o que é facilmente perceptível desde o fato de que não se guardam todos os papéis produzidos por nossa existência, mas sim se efetua sempre uma seleção: “fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens” (ARTIÈRES, 1998, p. 11).

Como Artières argumenta de maneira magistral, por meio da análise de práticas de arquivamento de si de um jovem criminoso francês do século XIX, arquivar-se “é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto” (ARTIÈRES, 1998, p. 31). Por isso:

Arquivar a própria vida é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo. (ARTIÈRES, 1998, p. 31).

E é, ademais, algo que se faz tendo em mente um futuro leitor, como Artières também reforça na análise do caso de Émile Nougier. Vem-se procurando levar em conta todos esses elementos na pesquisa junto ao arquivo de Cony, considerando ainda que “a desejada unidade e coerência perseguida e construída [...] pelo responsável pelo arquivo não corresponde à história de vida do biografado”, pois esta “se exprime pela descontinuidade, pela fragmentação e incoerência” (TANNO, 2007, p. 106). Para tais considerações, Tanno inspira-se nas ponderações críticas já bastante aceitas de Bourdieu (1996) com relação às biografias – ponderações essas a respeito do que o sociólogo francês chama de ilusão biográfica, ou seja, a ilusão de coerência construída historicamente pelas práticas biográficas. A partir de Bourdieu, portanto, Tanno pontua como a busca de uma unidade nos arquivos e acervos pessoais não se faz apenas por seus titulares, mas prossegue quando o material é incorporado por uma instituição, seja ela pública ou privada, inventariado e posto à disposição dos pesquisadores, os quais, a seu turno, também se veem diante dessa busca quase inconsciente de unidade.

Dessa maneira, muito embora o arquivo de Cony ainda não tenha sido doado para uma instituição, e com isso não tenha sofrido a intervenção dos documentalistas, é evidente que, como pesquisadora, sou a cada passo tentada “quase naturalmente” a dar forma orgânica e coerente aos materiais que encontro, a partir de uma ordenação prévia dos documentos que foi estabelecida por seu titular e sua funcionária (e pelos terceiros que também o constituíram). E, se não é possível a objetividade completa do pesquisador – não seremos ingênuos a esse ponto –, é fundamental ter consciência desses processos e movimentos em nossos passos de pesquisa junto ao material reunido por Carlos Heitor Cony.

Por outro lado, há ainda que observar, nesse registro das dificuldades e desafios que vêm sendo encontrados, que, se em toda pesquisa científica há hipóteses e projeções de onde se quer chegar, mas se conta com boa dose de surpresas no caminho, quando se trata de trabalhar com arquivos e acervos a probabilidade dessas surpresas e reviravoltas é ainda maior, pela grande possibilidade de encontrar materiais que reformulem às vezes por completo a trajetória que vinha sendo traçada. Logo, é preciso buscar conjugar rigor científico e atenção aos objetivos e recortes estipulados com a aceitação desse caráter um pouco mais flexível, por assim dizer, de tal pesquisa. Como observa Souza (2008, p. 123): “As pesquisas respondem por sua originalidade, uma vez que o objeto de estudo é construído no decorrer do arranjo dos arquivos, da surpresa vivenciada a cada passo do trabalho”.

Esse aspecto em grande medida imponderável constitui enorme desafio e, ao mesmo tempo, é fonte de um interesse intenso, estimulando-nos a prosseguir. Mas, para além desses desafios de caráter mais amplo, um desafio específico desta pesquisa é que ela é a primeira junto ao arquivo de Cony. Trata-se, portanto, de território ainda quase completamente inexplorado, o que é fonte de prazer, mas também de muitas angústias.

A quantidade de materiais é bastante grande, reunidos num arquivo pessoal ainda não disponibilizado ao público e que não está em posse de nenhuma instituição. Não foi, portanto, inventariado, além de, como um arquivo pessoal, estar aberto para acúmulos e modificações por parte de Cony (até bem recentemente), de sua secretária e de seus familiares.

Ao utilizarmos a expressão arquivo pessoal, o fazemos com o auxílio de Tanno, que observa que:

[...] sob a nomenclatura Arquivos Pessoais designamos as mais diversas formas de escrita de si e o acúmulo de inúmeros documentos e registros relativos à vida pessoal, profissional, cultural, política e pública de uma pessoa, seja ela uma figura conhecida ou ordinária. (TANNO, 2005, p. 101).

A conceituação da arquivística está contemplada na definição de Tanno, como se vê pela definição da historiadora e referência na área, Heloisa Bellotto, para quem:

Arquivos privados são os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas e que possuem uma relação orgânica perceptível através de processo de acumulação. (BELLOTTO, 1997, p. 63, nota 1).

Especificamente, os arquivos privados pessoais – categoria em que o arquivo de Cony se enquadra – são os que trazem “papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc.”. (BELLOTTO, 1997, p. 63, nota 1).

O primeiro grande desafio vem sendo consultar de forma ampla esses materiais, procurando entender o que são e como se compõem. Foi necessário, também, estabelecer um recorte para a primeira fase do projeto, tendo em vista que a variedade do material e a temporalidade envolvida são imensas.

Optou-se por definir um recorte temporal, circunscrevendo o universo de pesquisa entre os anos de 1956 e de 1974. O primeiro, como mencionado, foi o ano da escrita do primeiro romance do autor, *O ventre*, e 1974 foi o ano de publicação de *Pilatos*, seu quase último romance. Era imperioso também definir o ângulo de abordagem do material, o que foi feito a partir da definição dos objetivos da pesquisa: mapear a participação do escritor na vida literária carioca e brasileira dos anos 1950/60, quando Cony passou a desempenhar um papel de relevo, primeiro como escritor muito lido e comentado nas páginas de jornais e revistas, e depois como cronista de destaque nacional, já após o golpe de 1964. Ao falar em vida literária, estabelecemos aqui um pequeno intervalo para especificar como está sendo compreendida esta noção.

5 INTERREGNO – VIDA LITERÁRIA

Ao utilizar a expressão vida literária, estamos pensando no procedimento usado por Brito Broca em seu livro *Vida literária no Brasil: 1900*, no qual o crítico persegue as várias atuações dos escritores brasileiros entre o final do XIX e o início do XX, passando pela política, pela boemia, pelos jornais, cafés, livrarias etc., mostrando-nos como era o ambiente literário da época, um aspecto que não transparece da leitura das obras dos mesmos autores por ele enfocados. De igual maneira, inspirada pelo clássico de Broca, objetiva-se recriar um pouco da ambiência literária e intelectual existente no Rio de Janeiro do período delimitado, por meio do recorte estabelecido na figura do escritor Carlos Heitor Cony.

Ademais, pensando em vida literária, não há como não tomar em conta uma conceituação proposta por Moriconi (2006), ainda que sem a pretensão de alinhamento completo com ela, mesmo porque os propósitos do crítico aí são bastante diversos dos

estabelecidos na pesquisa em curso. Em seu texto, o professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) tem como principal objetivo problematizar a literatura brasileira dos anos 1990 e 2000, e para tal parte de algumas conceituações de Barthes, pensando a literatura como parte de três circuitos interdependentes: o do mercado, em que ela é tomada fundamentalmente como entretenimento; o da escola/universidade/crítica especializada, em que ela é abordada principalmente como conhecimento; e o circuito “boêmio-vanguardista” ou da “vida literária”, aquele circuito que era vivido pelos escritores, para quem a literatura não é exatamente, ou não apenas, entretenimento ou conhecimento: “no circuito da vanguarda arte e literatura são questões de vida ou morte” (MORICONI, 2006, p. 151).

Embora não se pense aqui em termos propriamente de vanguarda ao falar em Carlos Heitor Cony e nos escritores de sua geração, interessa-nos, nas questões propostas por Moriconi, o aspecto de que o terceiro circuito, que ele também chama de “vida literária”, compreende outros elementos, englobando os “espaços de socialização dos escritores” (MORICONI, 2006, p. 154). Falando sobre os anos 1970, por exemplo, diz o crítico:

Esta [vida literária] fora intensa nos anos 70, com a poesia de mão em mão da geração marginal, com os periódicos da chamada imprensa alternativa que eram parte da resistência contra a ditadura militar, com os circuitos de boêmia e jornalismo formados em torno de lugares míticos como o Baixo Leblon no Rio e a sede da revista Escrita em São Paulo. (MORICONI, 2006, p. 154).

Prosseguindo com o crítico carioca, ele aponta como, na década de 80, tal circuito foi bastante atingido, tendo em vista que cada escritor passou a buscar, individualmente, o seu caminho, num momento em que a literatura se misturava mais e mais ao mercado. Há muitos estudos a esse respeito, com destaque para Flora Süssekind, Heloísa Buarque de Hollanda e Carlos Alberto Messeder Pereira, “cronistas insuperáveis dessa transição” (MORICONI, 2006, p. 154) rumo à profissionalização e ao mercado, no entender de Moriconi, com obras como *Literatura e vida literária: polêmicas, diários, retratos*, de Süssekind; *Impressões de viagem*, de Hollanda, e *Política e literatura: a ficção da realidade brasileira – anos 70*, de Hollanda e Gonçalves, por exemplo; ou ainda *Retrato de época: poesia marginal anos 70*, de Pereira. Moriconi, a sua vez, objetiva percorrer esse caminho de pesquisa para a literatura mais contemporânea, dos anos 1990 e 2000. Na atualidade, já na segunda metade da segunda década do século XXI, muitas outras mudanças nesses circuitos surgiram, e há vários pesquisadores nas suas trilhas, como a própria Heloísa Buarque de Hollanda e Beatriz Resende, no Rio de Janeiro, Regina Dalcastagné, em Brasília, ou Tânia Pellegrini, em São Carlos (SP), dentre outros.

E é tendo por base também esses trabalhos que se vem procurando fazer um estudo da trajetória de Cony em meio aos circuitos literários (mercado, crítica e vida literária) num período anterior a estes já tão bem delineados pelos críticos mencionados, ou seja, fundamentalmente antes dos anos 1970. Procura-se responder à seguinte pergunta: Qual o lugar de Carlos Heitor Cony no cenário literário do final dos anos 1950 e ao longo da década de 1960? Trata-se de um momento da vida nacional e cultural marcado parcialmente por um regime de exceção, e no qual a configuração de tais circuitos era bem diferente da atual. A crítica ainda era, principalmente, aquela feita nos jornais, e não na universidade. O mercado de livros alcançava vendagens bastante expressivas para os escritores nacionais, de uma forma que foi ficando cada vez mais difícil de acontecer. E a vida literária, para tomarmos a expressão usada na conceituação

de Moriconi, era pulsante, misturando-se ao próprio cenário de resistência ao golpe e à ditadura, ainda que a literatura, depois do golpe de 64, fosse vendo seu espaço reduzir-se perante outras formas de arte mais públicas, como o teatro, a música e o cinema, um aspecto apontado já em 1969 por Roberto Schwarz (1978) em seu texto clássico “Cultura e política, 1964-1969”.

6 ARQUIVANDO CONY, ABORDAGENS INICIAIS

Os recortes de jornais são efetivamente muitos e recobrem desde os primeiros textos de Cony na imprensa, antes de sua estreia na literatura. Como exemplos de outros materiais, mencionemos que se encontram no arquivo o parecer do conselho editorial da Civilização Brasileira, recomendando que *O ventre* não fosse publicado, a não ser que passasse por várias alterações, assim como o contrato assinado entre Ênio Silveira e Cony. Existem ainda diversos bilhetes trocados entre escritor e seu editor, além do seu pedido de demissão do *Correio da Manhã*, enviado ao amigo Antonio Callado, bem como outras cartas e bilhetes variados. Faz parte também do arquivo a caderneta que Cony levou a Cuba, com os seus contatos, permitindo compreender com quem o escritor se relacionava, não só em âmbito nacional, além de muitos outros materiais de diversos tipos.

Destaca-se aqui uma das pastas que faz parte do arquivo, intitulada “Os Oito do Glória”. Trata-se de um episódio que acabou por passar à história com esse nome, já que, tendo sido organizado inicialmente como um protesto programado para reunir diversas pessoas, em protesto contra a realização da II Conferência Extraordinária da Organização dos Estados Americanos (OEA), na porta do Hotel Glória, no Rio de Janeiro, nele compareceram apenas oito intelectuais, quase todos vestidos de terno e gravata, aliás, carregando faixas e cartazes contrários à conferência. O mote do protesto era o fato de o regimento da OEA proibir reuniões da organização em países que estejam vivendo sob regimes não democráticos. O governo Castelo Branco tinha se empenhado muito para provar que o Brasil vivia uma democracia. O objetivo da manifestação ocorrida em 17 de novembro de 1965 era justamente desmontar a farsa, mostrando que o regime aqui não era democraticamente eleito, muito pelo contrário.

Quando se aproximou da frente do hotel o carro que trazia Castelo, os manifestantes, mesmo estando apenas em oito, abriram as faixas que diziam “OEA – Queremos Liberdade”, “Viva a Liberdade”, “Abaixo a Ditadura” e “OEA: lute pelos direitos do homem”. Rapidamente foram todos presos: além de Cony, estavam lá o também escritor e jornalista Antonio Callado, o diretor de teatro Flávio Rangel, o jornalista Marcio Moreira Alves, os cineastas Glauber Rocha e Joaquim Pedro de Andrade, o fotógrafo Mário Carneiro e o embaixador Jaime Azevedo Rodrigues. O poeta Thiago de Mello também iria participar da manifestação, mas chegou um pouco atrasado ao local e acabou escapando de ser preso. Os oito foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN) – Cony duplamente, pois desde as crônicas do ano anterior que fora enquadrado por esta lei – e presos na sede da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, onde ficaram incomunicáveis por muitos dias, sem poder receber advogados ou familiares. Foram soltos apenas depois de 20 dias.

Antes de ter acesso aos documentos do arquivo de Cony, havia levantado algumas breves referências sobre o episódio em livros que tratam do período, mas sem grandes detalhamentos. Ao acompanhar as reportagens nele presentes, no entanto, é possível verificar como o caso repercutiu na imprensa ao longo de todo o tempo em que os intelectuais ficaram presos, despertando a atenção de diversos setores da sociedade. Um desses setores foi a Comissão de Defesa e Liberdade da Imprensa e do Livro, reunida

na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que, conforme matéria do Jornal do Brasil de 20 de novembro de 1965 – portanto três dias após a prisão dos manifestantes –, disponibilizou assistência jurídica aos presos, que continuavam incomunicáveis.

Outro aspecto que a mesma matéria do JB permite perceber é que, em anos pré-AI-5 como aqueles, o setor artístico e cultural ainda encontrava espaço de atuação e manifestação, e assim artistas do teatro e do cinema também estavam organizando movimentos de solidariedade aos presos. É possível ainda saber que os próprios correspondentes estrangeiros presentes no Rio de Janeiro por conta da conferência da OEA preparavam uma carta a Castello para exigir a libertação dos artistas e intelectuais. Ainda apenas por essa matéria do JB do dia 20 é possível ler todos os nomes de artistas e intelectuais que, por sua vez, assinaram um manifesto pedindo a libertação dos Oito do Glória. Dentre esses nomes, encontramos, por exemplo, os de Lúcio Costa, Otto Maria Carpeaux, Cacilda Becker, Oscar Niemeyer, Araci de Almeida, Walmor Chagas, Norma Bengell, dentre muitos outros.

As matérias dos jornais – e há reportagens de veículos de diversas partes do país –, recortadas por pessoas próximas a Cony, conseguem nos fornecer uma dimensão mais precisa não só do acontecimento em si, mas da própria vinculação do escritor com o meio intelectual e artístico da época. Ademais, traz uma espécie de matéria viva – ao fazer-nos ler os depoimentos de muitos artistas, assim como dos advogados dos presos – daquilo que se pode encontrar discutido em Schwarz (1978), que definiu o AI-5 como verdadeiro marco divisório na produção cultural pós-golpe. Isso porque, de 1964 a 68, a intelectualidade não foi de fato atingida, mas apenas foram cortados seus laços de ligação com as classes populares. Os artistas continuaram produzindo, e tivemos espetáculos de resistência como o show Opinião, no entanto, falavam sobretudo para si mesmos, para quem já era esclarecido e sabia que uma ditadura havia se instaurado no poder. Ao ler os textos da imprensa é como se pudéssemos visualizar as figuras em ação, os apoios, as ligações, sentindo a força viva da época e visualizando-a em imagens. É nessa direção que a pesquisa ora em andamento pretende caminhar, circunscrevendo a participação de Cony nos meios culturais, literários e políticos de então (os quais, é importante ressaltar, estavam profundamente imbricados).

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, jul. 1998, p. 9-34.

BARROS E SILVA, Fernando. Cony aceita sua travessia. *Ilustrada, Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 mar. 1997.

BORDINI, Maria da Glória. O Acervo dos Escritores Sulinos e a memória literária brasileira. *Patrimônio e Memória*, Assis, FCLas, Cedap, Unesp, v. 4, n. 2, jun. 2009, p. 35-54.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-91.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio/Academia Brasileira de Letras, 2005 [1956].

BUENO, Raquel Illescas. *Os invólucros da memória na ficção de Carlos Heitor Cony*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008.

CASTRO, Ruy. “‘Pessach’, de Cony, fura um silêncio de 30 anos”. *Caderno 2*, O Estado de S. Paulo, p. D-3, 8 mar. 1997.

COLOMBO, Sylvia. Cony volta a se render a Pilatos. Ilustrada, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 mar. 2001, p. E8. Disponível em <<http://biblioteca.folha.com.br/1/30/2001031001.html>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, jul. 1997, p. 41-60.

MARQUES, Reinaldo. O arquivamento do escritor. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (orgs.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 151-156.

MITIDIARI, André Luis; PIAIA, Miquela. Crítica cultural e biografia: esparsos e inéditos de Mario Quintana. In: 3º Colóquio do Grupo de Estudos Literários Contemporâneos: um cosmopolitismo nos trópicos e 100 anos de Afrânio Coutinho: A crítica literária no Brasil, 3, 2012, Feira de Santana. *Anais*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), 2012, p. 61-77.

MORICONI, Ítalo. Circuitos contemporâneos do literário (Indicações de pesquisa). *Gragoatá*, Niterói, Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, n. 20, 1º sem. 2006, p. 147-63.

PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/Editora da UFSCar, 1996.

RUIVO, Marina Silva. “Uma certa maneira de desejar a liberdade”: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-64. 2012. 346 f. *Tese* (Doutorado). – Programa de Pós-Graduação em Letras (Literatura Brasileira), Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

SANTOS, Kleber Pereira dos. Da paixão inútil: o existencialismo na escrita de Carlos Heitor Cony. 2008. 238 f. *Dissertação* (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras (Teoria Literária), Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 61-92.

SOUZA, Eneida. Crítica genética e crítica biográfica. *Patrimônio e Memória*, Assis, FCLas, Cedap, Unesp, v. 4, n. 2, jun. 2009, p. 129-38, p. 1.

SOUZA, Eneida. A biografia, um bem de arquivo. *Alea: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas, Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan./jun. 2008, p. 121-9.

TANNO, Janete Leiko. Os acervos pessoais: memória e identidade na produção e guarda dos registros de si. *Patrimônio e Memória*, Assis, FCLas, Cedap, Unesp, v. 3, n. 1, 2007, p. 101-11.